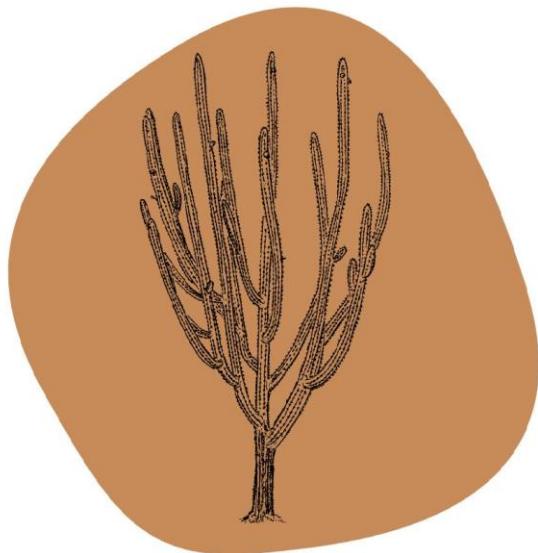


Cartilha Técnica de Extensão

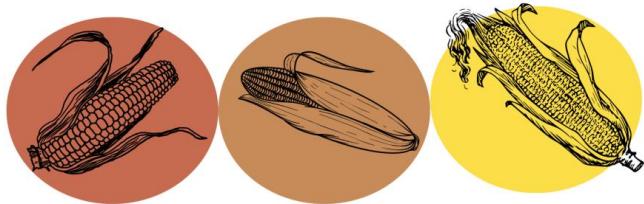


LABORATÓRIO DE ESTUDOS
AFRO-BRASILEIROS
E INDÍGENAS

Território, memórias e ancestralidades

Quilombolas

Volume 2 - Nº 01 – julho, 2024.



Território, memórias e ancestralidades

Quilombolas



Volume 2 - Nº 01 – julho, 2024.

Bom Jesus da Lapa
2024

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos no:

IF Baiano – Campus Bom Jesus da Lapa
Caixa postal: 34
BR 349 – KM 14 – Zona Rural – Bom Jesus da Lapa – BA
Fone: (77) 3481-2521
www.ifbaiano.edu.br/unidades/lapa

Equipe Editorial:

Amanda Jardim S. Rezende
Camila Abdon Fidelis de Souza
Junio Batista Custodio
Raphael Rodrigues

Revisão e Normalização bibliográfica:

Junio Batista Custodio

Capa e arte:

Amanda Jardim S. Rezende

Impressão e Acabamento:

Raphael Rodrigues

Impresso no serviço gráfico do *Campus Bom Jesus da Lapa*

1^a edição

1^a impressão (2024): tiragem 50 exemplares

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Biblioteca do IF Baiano, Campus de Bom Jesus da Lapa

Cartilha técnica de extensão / Instituto Federal Baiano. - v. 2, n. 1 (2024) - Bom Jesus da Lapa: IF Baiano, 2024-

Semestral
ISSN 2675-6633

1. Educação - Periódicos 2. Educação - modelos 3. Educação - extensão 4. Educação - Brasil.

CDU - 37.018

APRESENTAÇÃO

Esta cartilha integra as ações realizadas pelo **Projeto de extensão “Laboratório de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas: ciclos formativos e práticas interdisciplinares em Comunidades Tradicionais de Serra do Ramalho, BA”**, executado pelo Instituto Federal Baiano *Campus Bom Jesus da Lapa*, por meio do Edital PIBIEX Nº 38/2023, sob a coordenação do Prof. Dr. Raphael Rodrigues. Com enfoque na conscientização de direitos e valorização cultural, as atividades incluíram ciclos formativos e oficinas temáticas realizados ao longo de 6 (seis) meses na **Comunidade Quilombola Pambú Araçá**, localizada no Município de Serra do Ramalho-BA, no Território de Identidade Velho Chico, no médio rio São Francisco.

Resultado das discussões e problemáticas desenvolvidas ao longo do projeto, a presente Cartilha reúne um material de cunho pedagógico e formativo acerca dos Povos e Comunidades Tradicionais, com especial ênfase nos **Direitos Territoriais Quilombolas**. Parte dos registros efetuados a partir de entrevistas realizadas com os moradores mais velhos da Comunidade Quilombola Pambú Araçá também são apresentados em um esforço de explicitar algumas narrativas a respeito das histórias do lugar. Por fim, apresentamos um breve registro das **memórias do próprio projeto desenvolvido, retomando as proposições, discussões e resultados iniciais dos encontros formativos e oficinas temáticas realizadas**.

Trata-se de um esforço coletivo no que diz respeito à produção de materiais formativos que possam contribuir com o **processo de formação continuada dos professores e formação política e cidadã das lideranças e moradores da Comunidade Quilombola Pambú-Araçá**.

Nesse sentido, este material poderá ser utilizado tanto pelos professores da **Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida e lideranças locais**, como em situações em que a mobilização comunitária precise ser ativada. Por fim, esperamos que este material venha somar a outras iniciativas vinculadas à promoção dos direitos e valorização cultural das **Comunidades Quilombolas do Território Velho Chico**, em especial, da Comunidade Quilombola Pambú-Araçá.

Os autores.

SUMÁRIO

➤ APRESENTAÇÃO	04
➤ POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: tradição e identidade	07
➤ COMUNIDADES QUILOMBOLAS: o quilombo que mora em mim	12
➤ ANCESTRALIDADE NO PAMBÚ ARAÇÁ: memórias e histórias contadas	15
➤ TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS: da lei à luta	18
➤ MEMÓRIA DO PROJETO	23
1º Encontro Formativo: Direitos Territoriais e Quilombolas	24
1ª Oficina: “Mapeando nossa comunidade: identificando potenciais e desafios”	27
2º Encontro Formativo: Memória e Parentesco	30
2ª Oficina: “Memórias vivas: entrevistando os detentores de saberes ancestrais da nossa comunidade”	32
3º Encontro Formativo e Oficina Temática: "Genealogia e Parentesco"	35
4º Encontro Formativo: Agroecologia e Associativismo	38
4ª Oficina Temática: “Conhecendo a nossa biodiversidade: diálogos sobre a fauna e flora na comunidade quilombola	40
➤ SOBRE OS AUTORES	43
➤ REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

Povos e Comunidades Tradicionais

tradição e identidade

Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais. Possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Mas o que tudo isso quer dizer? É simples! Povos e Comunidades Tradicionais possuem modos próprios de viver, pois se relacionam entre si em uma determinada espacialidade a partir de saberes, costumes e conhecimentos ancestrais que julgam importantes e constituem uma herança patrimonial familiar e identitária. Isso significa que cada povo e comunidade tradicional tem um jeito próprio de levar a vida e de lidar com o espaço onde vive.

Os Povos e Comunidades Tradicionais podem ser bem diferentes uns dos outros, mas todos têm algumas coisas em comum. Parece complicado? Mas não é! Vamos conhecer alguns desses Povos e Comunidades Tradicionais?

Ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, vazanteiros, veredeiros, barrankeiros, caiçaras, circenses, povos ciganos, povos de terreiro e matriz africana, indígenas, quilombolas são povos e comunidades tradicionais (PCT's).

Ribeirinhos:

O termo povos ribeirinhos se refere às pessoas que residem nas proximidades dos rios. Eles são encontrados em diversas partes do Brasil e possuem forte vínculo com a natureza, tendo muitas vezes a pesca artesanal como a principal atividade de sobrevivência.

Fonte <https://www.educamaisbrasil.com.br>



Ribeirinho de Correntina (BA)

Foto:

<https://www.metropoles.com/materias-especiais/ribeirinhos-e-fazendeiros-travam-batalha-na-bahia-por-escassez-de-agua>



Extrativistas:

Conhecida como a atividade humana mais antiga do mundo, o extrativismo se dá com a coleta de produtos naturais, sejam eles de origem animal, vegetal ou mineral. Até hoje, povos e comunidades extrativistas se agrupam para a extração e a coleta enquanto atividade econômica e de subsistência.

São pequenos agricultores que possuem culturas distintas, que desenvolvem seus modos de vida e produção alinhados com a lógica do ecossistema que habitam. Possuem um conjunto amplo de saberes oriundos das percepções e relação direta com o meio ambiente. Desenvolvem tecnologias simples e de baixo impacto, adaptadas ao seu contexto e a lógica do ambiente.

Fonte: <https://redecerrado.org.br/>



Extrativismo do Pequi

Foto:

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/numero-de-reservas-extrativistas-no-ceara-ainda-e-diminuto-1.2192489>

Geraizeiros:

Os geraizeiros ocupam os campos gerais do Norte do estado de Minas Gerais. São as mulheres e homens do Cerrado que, às margens do Rio São Francisco, se adaptaram com sabedoria às características do bioma e às suas possibilidades de produção.

Muitas vezes, eles dividem uma propriedade comum, conhecida como quintais, onde plantam e criam animais. Dessa forma, garantem a subsistência familiar e comunitária. O excedente é comercializado em comunidades vizinhas ou em feiras.

O entrave desse povo é que muitos ainda não possuem o título da terra e isso é utilizado como argumento por parte dos grandes empresários do agronegócio para tentar ocupar os territórios dessas comunidades.

Mas os geraizeros resistem em defesa da própria existência e de um modo de vida que respeita a natureza e seus ciclos.

Fonte: <https://redecerrado.org.br>



Geraizeiros de Buritizeiro (MG)

Foto:

<https://www.cerratinga.org.br/povos/geraizeiros/>

Vazanteiros:

Povos que têm a vida ligada ao rio. Assim são os vazanteiros e barranqueiros que habitam as ilhas e barrancos de rios como São Francisco, Tocantins e Araguaia. Esses povos ribeirinhos observam as cheias que trazem peixes e renovação para a vida. Cultivam o milho, o feijão, o tomate e outros alimentos. Retiram o sustento da pesca, agricultura e criação de animais. Bem adaptados às condições de permanentes mudanças provocadas pelas variações das águas do rio, vazanteiros e barranqueiros têm um conhecimento tradicional fruto de mais de quatro séculos de convivência com a natureza. Seguindo as orientações do curso das águas, o povo desenvolve a agricultura de vazante, lameiro e sequeiro. Todo o alimento que produzem vai para a família e o excedente é transportado em embarcações para ser vendido em mercados de cidades vizinhas.

Fonte: <https://www.cerratinga.org.br/povos/vazanteiros/>



Foto:
<https://www.cerratinga.org.br/povos/vazanteiros/azanteiro>

Barranqueiros:

Moram nas cidades, povoados e pequenas comunidades da beira do rio. Possuem as suas relações simbólicas e afetivas ligadas ao rio. Exercem atividades variadas.

Do ponto de vista do lugar onde vivem eles são barranqueiros, ribeirinhos e mais raro, beradeiros.

Vivem em sua maioria nas ilhas, vazantes, comunidades ou cidade próximas do rio, como Pirapora, Buritizeiro, Januária dentre outras, ou ainda, em barracas improvisadas montadas no barranco do rio.

Fonte: <https://museucerrado.com.br/>



Foto:
<https://www.facebook.com/TrilhaDaNaturezaUfscar/photos/a.238729996315530/1193966667458520/?type=3>

Veredeiros:

A identidade veredeira está ligada ao território, na forma de criação, plantio e extração de itens diversos e na relação equilibrada estabelecida com o ecossistema das Veredas, Cerrado e Caatinga. Os veredeiros vivem próximos dos cursos d'água, áreas inundáveis e das chapadas, de onde extraem, principalmente do buriti, subsídios imprescindíveis à constituição de suas vidas. Os veredeiros habitam os territórios ao longo dos cursos d'água de forma dispersa. Existe, porém, uma certa organização e um padrão de ocupação espacial que se constitui por unidades de agrupamento ou grupos rurais de vizinhança, ligados pelo sentimento de localidade, por laços de parentesco, pelo trabalho e manejo da terra, por trocas e relações recíprocas. Geralmente, os nomes das localidades veredeiras são os mesmos dos rios que passam pelas comunidades. Nem sempre detêm a posse da terra, sendo camponeses muitas vezes arrendatários. Os veredeiros entendem o trabalho como o legitimador da posse da terra, mas não de uma posse privada (já que boa parte dessas terras é de uso comum).

Fonte:<https://museucerrado.com.br/>

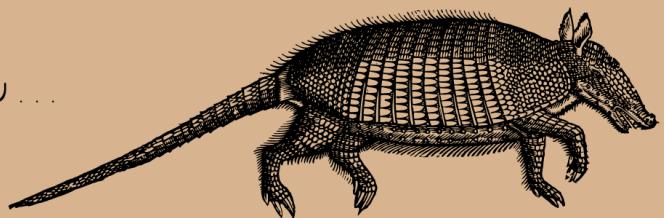


Veredeiros de Buritizeiro (MG)

Foto:

<https://infograficos.estadao.com.br/especiais/novas-veredas/grilagem>

NA BUSCA DA PEGADA DO TATU ...



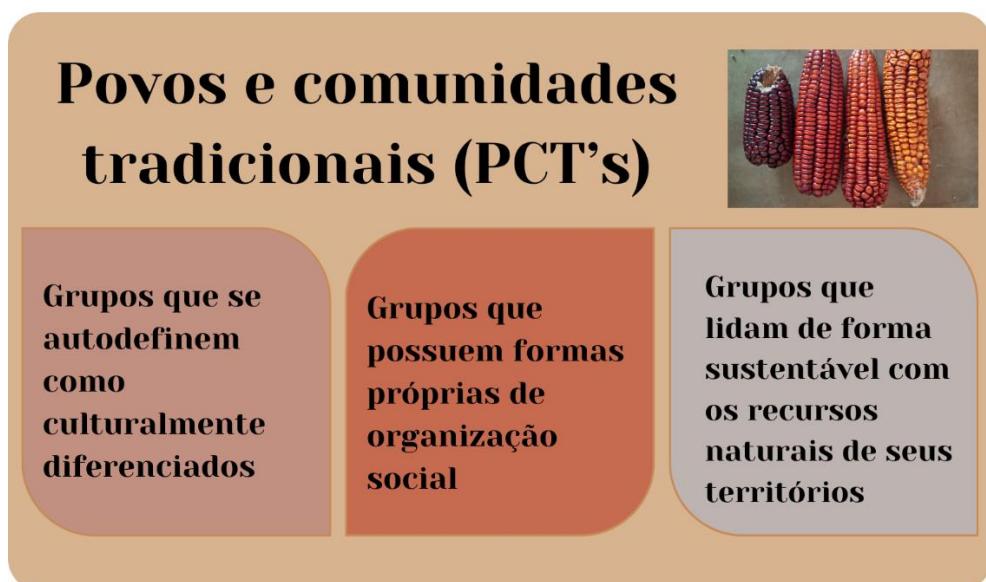
Pare para pensar ...

Os povos ciganos são diferentes dos povos indígenas, não é mesmo? Mas os povos ciganos e os povos indígenas são ambos considerados Povos e Comunidades Tradicionais, porque apesar de serem diferentes, possuem algumas características semelhantes, ou seja, cada um possui um conjunto amplo de conhecimentos, práticas, tradições e costumes. Também é possível que uma única comunidade se auto reconheça com mais de uma identidade. Como isso é possível? Simples: uma comunidade pode se auto reconhecer como Quilombola e também como ribeirinha, ou como Quilombola e barranqueira.

Cada comunidade constrói a sua própria identidade e essa identidade deve ser reconhecida e respeitada pelo Estado brasileiro. É por isso que existe uma legislação específica que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que é o Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. Esse aparato legal tem como objetivo garantir que os direitos desses povos e comunidades sejam respeitados!

Quando falamos de Povos e Comunidades Tradicionais também estamos falando de territórios, ou seja, dos lugares e espaços em que esses povos vivem. Esses territórios são muito importantes, pois são nesses espaços que a vida no sentido mais amplo é construída.

Nos territórios as pessoas nascem, aprendem a cultura do seu povo, conhecem as histórias dos ancestrais, fazem festas, plantam alimentos, criam seus filhos e planejam o futuro. Ou seja, não importa de qual povo ou comunidade tradicional estamos falando, todos eles possuem uma relação muito importante com os seus territórios. Veja a figura abaixo, nela a definição de Povos e Comunidades Tradicionais está anunciada de forma resumida para nunca mais esquecer, combinado?



Comunidades Quilombolas

o quilombo que mora em mim

O que são Comunidades Quilombolas? Esta é uma pergunta muito interessante que nos leva por uma viagem ao longo da história do Brasil. Vamos juntos? Você sabe que o Brasil foi construído por mãos de trabalhadores escravizados que foram trazidos do continente africano, não é mesmo? Essa é uma história de muito sofrimento para essas populações que foram tiradas à força do continente e transformadas em mão de obra escravizada aqui no Brasil.

Imagine que milhões de pessoas perderam os vínculos com os seus territórios de origem e tiveram que aguentar todo o tipo de sofrimento com a vida dura que passaram a ter aqui em nosso país. O mais complicado é que essa história durou centenas de anos, pois desde a chegada dos primeiros africanos no país até o fim da escravidão foram mais de 3 séculos (trezentos anos), um completo absurdo, não acha?

Ocorre que durante todo esse triste período de escravidão, muitos grupos escravizados trabalharam compulsoriamente (ou seja, de maneira forçada), mas desenvolveram diferentes formas de resistência e uma delas foi a fuga e a construção de territórios negros em que a liberdade pudesse ser vivenciada. Essa é uma das origens dos territórios quilombolas, mas não

é a única. Pois esses territórios negros foram construídos ao longo da história de diversas maneiras.

Em alguns casos, esses territórios não eram lugares para onde esses trabalhadores escravizados fugiram, mas sim os próprios lugares em que trabalhavam e por aí permaneceram após o fim da escravidão. Em outros casos, esses territórios foram comprados pelos ex-escravizados que conseguiram a sua liberdade. Ainda após a abolição, continuava a formação de quilombos como forma de oposição às diversas violências existentes e de resistência cultural.

O mais importante de tudo isso é compreender que as comunidades quilombolas são territórios negros em que a liberdade foi duramente conquistada, espaços de convivência em que grupos construíram trajetórias próprias e se desenvolveram ao longo de muitas gerações. Nada melhor que compreender as origens de uma comunidade quilombola a partir das histórias da própria Comunidade Quilombola Pambú Araçá, não é mesmo? Então vamos lá!

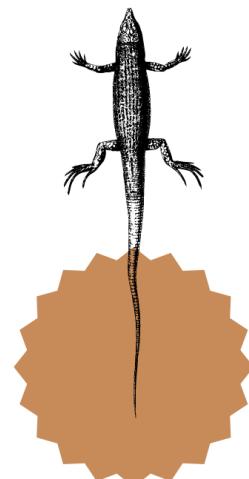
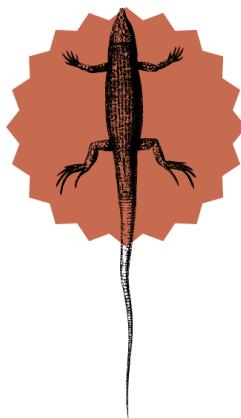
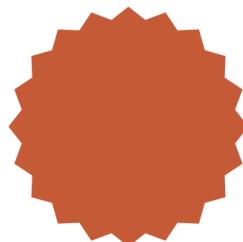


Fig. 1: Imagens da Comunidade Quilombola Pambú Araçá
(Fonte: Os autores)

Você sabia?



A palavra quilombo origina-se da língua africana quimbundo, em que a palavra kilombo tem, entre outros, significados de povoação, união (BANDEIRA, 2002, p. 217). Já o ato de “aquilombar-se” “relaciona-se fundamentalmente ao movimento quilombola, pensando-o como proveniente da luta pela garantia dos direitos desses grupos. [...] O central é que aquilombar-se remete à luta contínua não pelo direito a sobreviver, mas pelo de existir em toda a sua plenitude. Trata-se da luta pela existência física, cultural, histórica e social das comunidades quilombolas” (SOUZA, 2008, p. 277).

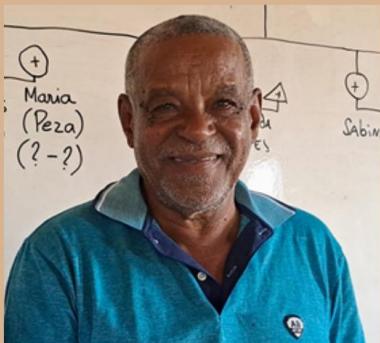


Ancestralidade no Pambú Araçá

memórias e histórias contadas

Que tal conhecer um pouco das histórias da Comunidade Quilombola Pambú Araçá a partir das memórias dos moradores mais velhos? Simbora! Logo abaixo, você poderá conferir alguns trechos das entrevistas realizadas com esses moradores.

O conteúdo das falas é incrível, pois as memórias dos entrevistados informam sobre as primeiras famílias do lugar, sobre a lida com a terra e os desafios que tiveram que enfrentar para permanecerem na comunidade. Com a palavra, os anciões!



Albertino, 73 anos

Natural de Araçá, Serra do Ramalho (BA)

Morador do Quilombo Pambú Araçá

“Nasci aqui, criei aqui e tenho história de um passado que vivi. Aqui eram os escravos que moravam. Eles vieram pra cá para ser livre aqui, para trabalhar. Foi nosso bisavô Tiburtino que arrumou essa terra aqui de Pambú. Nessa região aqui era moradia de índio. Inclusive a gente vê pote enterrado, com osso, você pode ir aí nessas barrancas, aprofundado de 3 metros em diante, você já topa nos potes, eles enterravam os povos no pote, naqueles feitos de barro.

Naquela época dos pais dos meus avós tudo era daquela geração deles que criou aqui na terra. Só casavam com a família, os antigos queriam assim. Se tiver uma lista aqui do Pambú é pouca gente que o sobrenome muda, é uma coisa só: Pereira Nunes, Pereira Oliveira, Pereira da Silva. Naquela época a gente era grudado com os pais na roça, né? O emprego dos pais era na roça e a gente criava gado, criava porco, criava criação miúda, tudo aí solto. A gente plantava mamona, milho, mandioca, algodão.”

"Nasci no dia 05 de julho de 1944. Eu nunca saí daqui de vez. Até quando o INCRA chegou aqui nesse lugar que a gente mora, eu tinha uma casa na área, chegou e indenizou o benefício que eu tinha, me pagou e pronto. Eu até fui pra ilha um tempo, mas depois daquelas cheias grandes e muito pesadas que teve, saímos da ilha pra cá, aí ficamos por aqui mesmo! Porque ser quilombola é união, é todo mundo junto!"



José Estevão Silva (Seu Bebinha), 79 anos

**Morador do Quilombo
Pambú Araçá**

1944+2024



Maria, 85 anos

Natural Sento-Sé (BA)

**Moradora do Quilombo
Pambú Araçá**

"Cada um tinha sua moradia e faziam suas roças em qualquer lugar que eles chegassem aí. Eles faziam uma derrubada e acertavam. Inclusive naquela época era de madeira, não tinha esse cercado de arame. E lá eles plantavam as suas roças e caminhavam até longe pra fazer as roças.

Mas aí o INCRA tirou o pessoal daqui pra trazer o pessoal que veio de Sobradinho pra cá. Isso aqui foi desapropriado pra isso.

O INCRA fazia a proposta e quem quisesse ia. Eles não obrigavam ninguém a sair pra ir pras Agrovilas. Eu mesma, com minha família, não fui pras Agrovilas! Eu fui pra ilha!

Depois, esse pessoal que saiu pras ilhas resolveram e voltaram e acamparam aqui [na Comunidade]. E nesse acampamento ficaram até hoje. Aí foi onde que surgiu depois a Associação, eu fui a primeira fiscal da Associação!"

"O povo aqui é quase tudo parente. Quando a gente morava aqui, naquele tempo das casas de taipa, as muié ia pro rio com aquele bacião de roupa. Ia lavar roupa no rio e hoje em dia não tem mais isso, é na máquina, né? E pegava água também no rio, tinha mulher que levava na cabaça, aí quebrava a cabaça e as vezes que elas vinham duas, três de lá. Elas vinham tudo com a cabaça na cabeça contando causo. Aí, quando as cabaças foi acabando, elas carregavam em lata, aquelas lata de querosene. [...] Quando o INCRA chegou, tirou a gente daqui, mas nós não quisemos ir pra Agrovilas. Foi quando moramos uns tempos dentro da ilha e essa área aqui ficou de reserva. Aí, depois nós voltamos pra cá, eu gostava daqui, aí fiquei aqui mesmo! Eu trabalhava em roça, criava as cabecinhas de gado e pescava. Todo mundo aqui pesca!"



**Manoel Bispo de Abreu,
85 anos**

**Morador do Quilombo
Pambu Araçá**



**Lourenço Francisco Pereira,
88 anos**

**Natural de Araçá, Serra do
Ramalho (BA)**

**Morador do Quilombo
Pambu Araçá**

"A terra é o seguinte, tem que limpar ela, beneficiar ela, deixar e esperar a chuva chover pra você plantar aqui fora. Agora, na ilha você tinha que esperar o rio chegar. Se o rio cobrisse a terra toda, quando o rio saisse e desse uma chuva em cima, pra poder tirar aquilo ali, cê podia plantar que aí dava uma lavoura de pipoco.

E aqui na caatinga se você plantasse antes você perdia lavoura, era por chuva, não é que nem hoje que você perde por sol não. Você perdia por chuva. Porque acontece que as chuvas era muito forte e aqueles lugar baixo enchia de água e o milho não aguentava. Aí, apodrecia o milho e perdia e hoje o milho perde por causa do sol. Você planta, o milho tá bom, muito bom, quando é no tempo do nascimento, o sol chega e o milho não aguenta. A terra seca e o milho não aguenta, aí morre tudo!

Minha parada aqui não foi fácil não, foi difícil, foi difícil mesmo! Você entrar numa mata pra botar uma roça, roçar, derrubar, queimar, serrar madeira, carregar todinha nas costas e fazer a cerca pra poder plantar, se não não plantava! [...]

Antigamente, você trazia pra casa, de curimatá, só peixe graúdo, cada uma! Hoje é tudo miudim, mas naquele tempo era tudo graúdo!"

TERRITÓRIOS Quilombolas

da lei à luta

Você sabia que existem leis específicas que protegem os territórios quilombolas? Isso mesmo! Há uma série de dispositivos legais que visam assegurar os direitos das comunidades quilombolas sobre os seus territórios ancestrais. Vamos conhecer alguns? Veja no quadro abaixo algumas dessas leis:

ARTIGO 68 DA ADCT DA CF	DECRETO 4.887 DE 2003	DECRETO 6.040 DE 2007	CONVENÇÃO 169 DA OIT
<p>O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal (CF) diz que: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".</p> <p>https://portal.stf.jus.br/constitucional-supremo/artigo.asp?abrirBase=AD&abrirArtigo=68</p>	<p>O decreto nº 4.887/03 "regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias"</p> <p>http://planalto.gov.br/CCivil_03/decreto/2003/D4887.htm</p>	<p>O decreto nº 6.040/07 institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, entendendo como desenvolvimento sustentável "o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras".</p> <p>https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm</p>	<p>A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) reconhece a autoidentificação e o direito à consulta prévia, livre e informada aos Povos e Comunidades Tradicionais.</p> <p>https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm</p>



Além desses marcos legais muito importantes citados acima, a população quilombola também conta com uma série de políticas específicas, tais como:

- Programas de fortalecimento e financiamento da **agricultura familiar** quilombola;
- **Bolsa permanência no Ensino Superior**, para garantir que os estudantes quilombolas consigam realizar seus estudos na Instituições de Ensino Superior;
- **Proteção Territorial Quilombola**, que é um Canal de Denúncias para acompanhamento jurídico;

Outras fontes de estudo ...



Quer saber mais detalhes sobre essas políticas e incentivos? Acesse as informações reunidas pela Fundação Cultural Palmares a partir do seguinte endereço:
<https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/informacoes-quilombolas>



Você sabe o que é e como ocorre a titulação dos territórios quilombolas? Para início de conversa, as comunidades quilombolas possuem o direito de ter reconhecido pelo Estado brasileiro a propriedade definitiva de seu território. Ou seja, todo território quilombola deve ser titulado, o que significa que o território estará devidamente protegido contra invasões de quaisquer pessoas. A titulação significa a proteção de um direito! Viu como é importante? Mas para alcançar essa titulação, é preciso percorrer uma série de etapas. Vamos conhecê-las? Veja só:

ETAPA 1: AUTODEFINIÇÃO QUILOMBOLA

A comunidade quilombola tem direito à autodefinição. Para regularizar seu território, o grupo deve apresentar ao INCRA a **Certidão de Autorreconhecimento** emitida pela Fundação Cultural Palmares.

ETAPA 2: ELABORAÇÃO DO RTID

A primeira etapa da regularização fundiária quilombola consiste na **elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID)**, visando o levantamento de informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas, etnográficas e antropológicas. O RTID tem como objetivo identificar os limites das terras das comunidades remanescentes de quilombos.

ETAPA 3: PUBLICAÇÃO DO RTID

Os interessados terão 90 (noventa) dias, após a publicação e as notificações, para contestarem o RTID junto à Superintendência Regional do INCRA, juntando as provas pertinentes. **Essa fase visa garantir que pessoas ou instituições que discordem do que foi apresentado no RTID possam questioná-lo.** Se houver alguma contestação, isso será julgado, ou seja, a contestação pode ser aceita ou não.

ETAPA 4: PORTARIA DE RECONHECIMENTO

A fase de identificação do território encerra-se com a **publicação da portaria do Presidente do INCRA que reconhece os limites do território quilombola** no Diário Oficial da União e dos estados.

ETAPA 5: DECRETO DE DESAPROPRIAÇÃO

Quando existirem imóveis privados (títulos ou posses) no território quilombola, é necessária a publicação de **Decreto Presidencial de Desapropriação por Interesse Social (Presidência da República)**. Os imóveis desapropriados serão vistoriados e avaliados conforme os preços

de mercado, pagando-se sempre previamente e em dinheiro a terra nua, no caso dos títulos válidos, e as benfeitorias.

ETAPA 6: TITULAÇÃO

O Presidente do INCRA realizará a **titulação mediante a outorga de título coletivo**, ou seja, de pertencimento a toda a comunidade; imprescritível, o que quer dizer que não tem prazo de validade e pró indiviso. Isso significa que o imóvel não pode ser dividido. O título é feito em nome da associação e não possui nenhum custo. A partir disso, é proibida a venda ou penhora do território.

Você sabia?



A FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES é a instituição responsável pela certificação de comunidade quilombolas, que é o primeiro passo no processo de titulação dessas comunidades. O principal objetivo da FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES é promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos relacionados à população negra na formação da sociedade brasileira (BRASIL, 2024).

O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) tem como objetivo a implementação da política de Reforma Agrária no Brasil. O INCRA é a instituição que busca efetivar que toda terra tenha uma função social, conforme previsto na Constituição Federal brasileira. Para isso, efetua desapropriações e assentamentos com vistas a democratizar o acesso à terra. o INCRA também tem a missão de regularizar os territórios quilombolas (BRASIL, 2024).

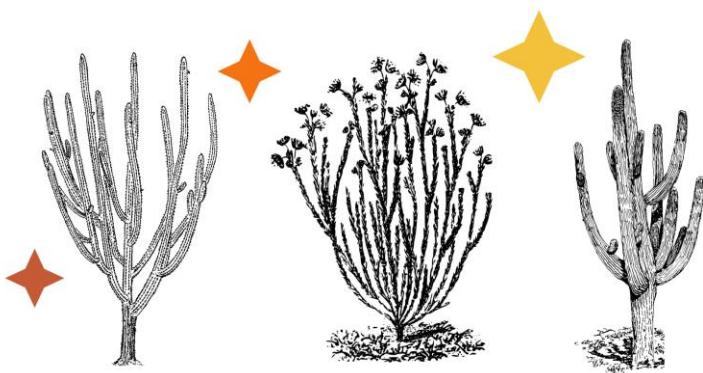


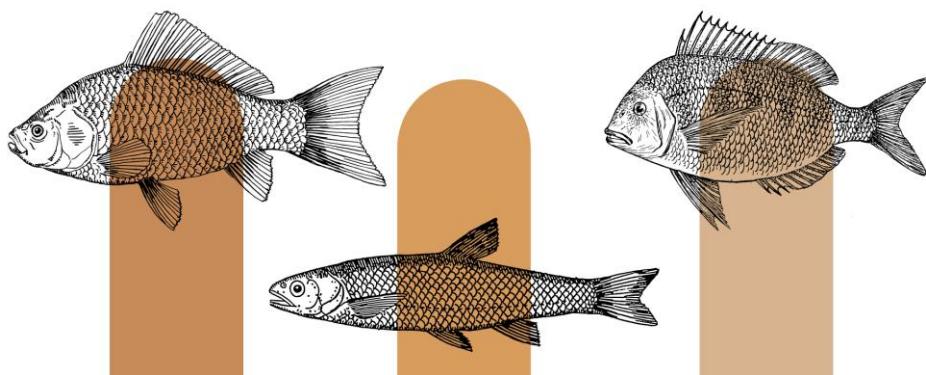


Fig. 2: Comunidade Pambú Araçá como espaço biodiverso
(Fonte: Os autores)

Outras fontes de estudo ...

Quer saber mais sobre a titulação dos territórios quilombolas? Então visite o link abaixo para obter mais informações:

<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/quilombolas>



memória do Projeto

Nesta seção da Cartilha, retomaremos de maneira sucinta as atividades realizadas pelo Projeto "Laboratório de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas: Ciclos Formativos e Práticas Interdisciplinares com Comunidades Tradicionais do município de Serra do Ramalho/BA".

Executado na Comunidade Quilombola Pambú Araçá, o principal objetivo foi o de circular aprendizados e troca de saberes entre o Instituto Federal Baiano, *Campus Bom Jesus da Lapa*, e as comunidades tradicionais do Território Velho Chico, BA.

Com enfoque na conscientização de direitos territoriais e valorização cultural quilombola, as atividades incluíram ciclos formativos temáticos compostos por quatro encontros e quatro oficinas práticas. Durante as atividades propostas, houve uma participação ativa da comunidade, destacando-se a das lideranças locais e dos professores da Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida, que se tornaram agentes multiplicadores das informações compartilhadas e práticas vivenciadas.

A realização dos encontros formativos contemplou os seguintes temas: (1) Direitos Territoriais Quilombolas, (2) Memória e parentesco, (3) Genealogia familiar, (4) Agroecologia e Associativismo. De forma conjugada aos temas citados, também foram realizadas as seguintes oficinas temáticas (1) "Mapeando Nossa Comunidade: Identificando Potenciais e Desafios", (2) "Memórias Vivas: Entrevistando os Saberes Ancestrais da Nossa Comunidade", (3) "Raízes da Nossa História: Construindo a Árvore Genealógica da Comunidade" e (4) "Conhecendo Nossa Biodiversidade: Diálogos sobre a Fauna e a Flora na Comunidade

Quilombola”. Te convidamos a revisitar essas atividades para manter acesa as memórias desses encontros. Então vamos lá!

ENCONTRO FORMATIVO

1º ENCONTRO FORMATIVO: DIREITOS TERRITORIAIS QUILOMBOLAS

Quando falamos de direitos territoriais quilombolas, como já vimos anteriormente nesta Cartilha, estamos nos referindo ao direito dessas comunidades em permanecerem nas terras que ocupam, utilizam e habitam. Pois esses direitos garantem o acesso livre à biodiversidade, da qual dependem para sua sobrevivência social, cultural, econômica, ancestral e religiosa.

Objetivos do encontro formativo sobre direitos territoriais quilombolas:

Compartilhar informações referentes aos principais marcos legais dos direitos territoriais quilombolas, para auxiliar a comunidade na defesa de seus territórios contra ameaças externas, bem como promover a conscientização sobre a relação entre a luta pelos direitos territoriais e a valorização da cultura, identidade e modos de vida locais.

Breve descrição da metodologia utilizada:

Apresentação teórica inicial, na qual foram introduzidos os conceitos-chave relacionados aos direitos territoriais quilombolas, leis e regulamentos. Na sequência, realizou-se uma dinâmica de grupo que promoveu a discussão e o compartilhamento de experiências entre os participantes relacionados aos direitos territoriais de suas próprias comunidades. Ao fim da dinâmica, foram compartilhadas orientações práticas sobre as estratégias eficazes para a defesa dos direitos territoriais: mobilização comunitária, envolvimento com órgãos governamentais e organizações da sociedade civil. O encontro formativo foi encerrado com uma reflexão final sobre os aprendizados e a importância da defesa contínua dos direitos territoriais para a preservação da identidade das comunidades quilombolas.

Questões elaboradas a partir deste encontro formativo:

- 1. Quais são os principais desafios enfrentados pelas Comunidades Quilombolas na defesa de seus territórios?**
- 2. Qual o papel da mobilização comunitária na defesa dos direitos territoriais? Quais estratégias podem ser adotadas para promover essa mobilização?**
- 3. Quais são as possíveis consequências da falta de reconhecimento dos direitos territoriais para as Comunidades Quilombolas?**

Caminhos para discussão:

Durante a realização do encontro, os participantes puderam relembrar algumas situações vivenciadas pela comunidade em que os direitos territoriais foram violados. A exemplo disso, os participantes elaboraram uma narrativa a respeito da instalação de uma Linha de Transmissão (LT) em um lugar em que antes estava destinado para a construção da escola da comunidade. Essa narrativa foi feita quando foi explicado no encontro sobre a Convenção 169 da OIT, que garante a consulta prévia, livre e informada aos membros da comunidade quando empreendimentos e demais medidas que afetem o território da Comunidade estejam previstas. Outro ponto alto do encontro está relacionado às etapas para a demarcação territorial. A comunidade mostrou-se consciente de que a Certificação pela Fundação Cultural Palmares é o primeiro passo para a titulação coletiva do território e que é preciso fortalecer a mobilização comunitária para garantir esse direito. Algo que reforça a urgência da titulação do território quilombola é a invasão por pessoas da região que passam a se estabelecer nas áreas próximas ao rio São Francisco. Trata-se de um problema grave de violação aos direitos territoriais que a Comunidade Quilombola Pambú Araçá está enfrentando.

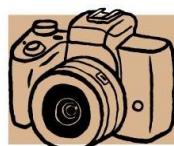


Fig. 3: Primeiro encontro formativo sobre Direitos territoriais Quilombolas
(Fonte: Os autores)



Fig. 4: Integrantes da equipe do projeto junto aos professores da Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida e outros integrantes da comunidade
(Fonte: Os autores)

OFICINA TEMÁTICA

1ª OFICINA: "MAPEANDO NOSSA COMUNIDADE: IDENTIFICANDO POTENCIAIS E DESAFIOS"

É fundamental construir um conhecimento coletivo a respeito das potencialidades e desafios que existem na comunidade. As reflexões sobre as realidades vivenciadas no cotidiano da comunidade podem servir de inspiração para o desenvolvimento de ações de valorização dos aspectos positivos, assim como de conscientização acerca dos problemas a serem enfrentados.

Objetivo da oficina:

Realizar uma avaliação da comunidade Quilombola Pambú Araçá, identificando os aspectos positivos e os desafios enfrentados pela comunidade.

Materiais utilizados:

- Cartolas ou papel pardo para a criação dos cartazes;
- Canetas coloridas ou marcadores para escrever e desenhar nos cartazes;
- Materiais de escrita adicionais, como lápis e borrachas, para anotações e esboços prévios;
- Papel adesivo ou fita adesiva para fixar os cartazes durante a apresentação;
- Possíveis materiais de apoio, como fotos da comunidade, mapas locais ou outros recursos visuais relevantes;

Breve descrição da metodologia utilizada:

1. Formação de Grupos:

- Os participantes foram divididos em grupos de aproximadamente cinco a seis pessoas;
- Cada grupo recebeu materiais como cartolas, canetas coloridas, marcadores e folhas em branco para a criação dos cartazes;

2. Identificação de Pontos Positivos:

- Dois grupos se dedicaram a discutir e identificar os pontos positivos da comunidade quilombola Pambú e Araçá.
- Foi incentivada a reflexão sobre aspectos como cultura, tradições, recursos naturais, laços comunitários e conquistas locais.
- Cada grupo designou um relator para registrar as questões discutidas em cartazes.

3. Identificação de Desafios:

- Em seguida, os grupos se dedicaram a identificar os desafios enfrentados pela comunidade, como falta de infraestrutura, acesso limitado a serviços básicos, questões socioeconômicas, entre outros.
- Foi incentivada a análise crítica e a discussão construtiva sobre os desafios mais urgentes e suas possíveis soluções.
- Os grupos designaram outro relator para registrar esses desafios nos cartazes, utilizando cores distintas para diferenciá-los dos pontos positivos.

4. Apresentação dos Cartazes:

- Cada grupo apresentou seus cartazes para os demais participantes.
- Durante as apresentações, os relatores explicaram os pontos positivos e os desafios identificados, destacando sua relevância para a comunidade.

5. Discussão em Grupo:

- Após as apresentações, houve uma discussão para compartilhar informações, pontos de vista e possíveis soluções para os desafios identificados.
- Um facilitador moderou a discussão, garantindo que todos os participantes tivessem a oportunidade de contribuir e expressar suas opiniões.

Resultados iniciais:

Foi possível através da atividade identificar algumas das principais demandas da comunidade, que se arrastam por um longo período de tempo. Tais demandas tratam-se de direitos ainda não garantidos, como, por exemplo, acesso à água potável e saneamento básico. Esse contexto local, por sua vez, indica a não efetivação de políticas públicas

voltadas para essa população quilombola, o que evidencia a necessidade de maior incidência das esferas dos poderes públicos municipal, estadual e federal na comunidade.



Fig. 5: Elaboração de cartazes na oficina "Mapeando Nossa Comunidade: identificando potenciais e desafios"
(Fonte: Os autores)



Fig. 6: Elaboração de cartazes na oficina "Mapeando Nossa Comunidade: identificando potenciais e desafios"
(Fonte: Os autores)

Grupo 1**Pontos positivos (potencialidades) na Comunidade Pambú Araçá *****Grupo 2**

- Organização (Associação);
- Conquistas (energia, habitações, etc.);
- Certificação da comunidade;
- Proximidade, relação com o Rio São Francisco;
- União;
- Escola quilombola;
- CAF;

- Criação do Projeto da Reserva; Extrativista São Francisco;
- Reconhecimento (Carta);
- Habitações;
- Atendimento médico no Quilombo;
- Cisterna de captação de água de chuva;
- Projetos;
- Evento cultural;

Grupo 3**Pontos negativos (problemas) na Comunidade Pambú Araçá *****Grupo 4**

- Falta de água potável;
- Estradas em condições precárias;
- Escola com infraestrutura ruim;
- Posto de saúde em situação de abandono;
- Falta de saneamento básico;

- Escassez de água potável;
- Estradas em péssimo estado de conservação;
- Falta melhor infra-estrutura na escola e posto de saúde;
- Invasores de terra;
- Falta de cumprimento das regras estabelecidas na comunidade;
- Falta de um olhar mais sensível para a comunidade;

*Diagnóstico elaborado a partir dos apontamentos dos moradores da Comunidade dispostos em quatro grupos de estudo em 2023

ENCONTRO FORMATIVO

2º ENCONTRO FORMATIVO: MEMÓRIA E PARENTESCO

Os temas sobre os processos constitutivos de memórias e do parentesco são fundamentais para o fortalecimento da identidade quilombola. As trajetórias e as histórias de vida dos parentes mais antigos podem fornecer muitas informações a respeito do modo de vida de antigamente, mudanças ocorridas na forma de gerir e conceber o território, assim como modos de se transmitir conhecimentos e tradições. Tratam-se de patrimônios familiares que precisam ser registrados e valorizados.

Objetivos do encontro formativo sobre memória e parentesco:

Fornecer aos participantes uma compreensão contextualizada da importância das memórias associadas a parentela na constituição de registros das trajetórias das famílias que compõem a Comunidade Quilombola Pambú Araçá.

Breve descrição da metodologia utilizada:

O segundo encontro formativo foi conduzido pela professora e antropóloga Amanda Jardim. Aos participantes foram apresentadas discussões relacionadas aos temas da memória e do parentesco. Também foram apresentadas as técnicas de elaboração de genealogias e de entrevistas semi-estruturadas, com orientações sobre como formular perguntas pertinentes e conduzir as entrevistas de maneira sensível. Foi dada ênfase à construção processual da identidade coletiva e à importância das histórias familiares na perpetuação de conhecimentos e tradições locais.

Após a apresentação teórica, os participantes foram convidados a compartilhar suas próprias experiências e conhecimentos sobre suas origens familiares. Essa troca de vivências enriqueceu a discussão, evidenciando a relevância da temática proposta para a comunidade quilombola Pambú Araçá.

Divididos em grupos, os participantes realizaram exercícios práticos de pesquisa genealógica e estruturação de entrevistas. Cada grupo teve a oportunidade de aplicar as técnicas aprendidas para buscar informações sobre a história familiar de membro da comunidade.

O encontro foi encerrado com uma reflexão final sobre os aprendizados adquiridos e a importância contínua da pesquisa genealógica e das memórias ancestrais para a comunidade quilombola Pambú Araçá.

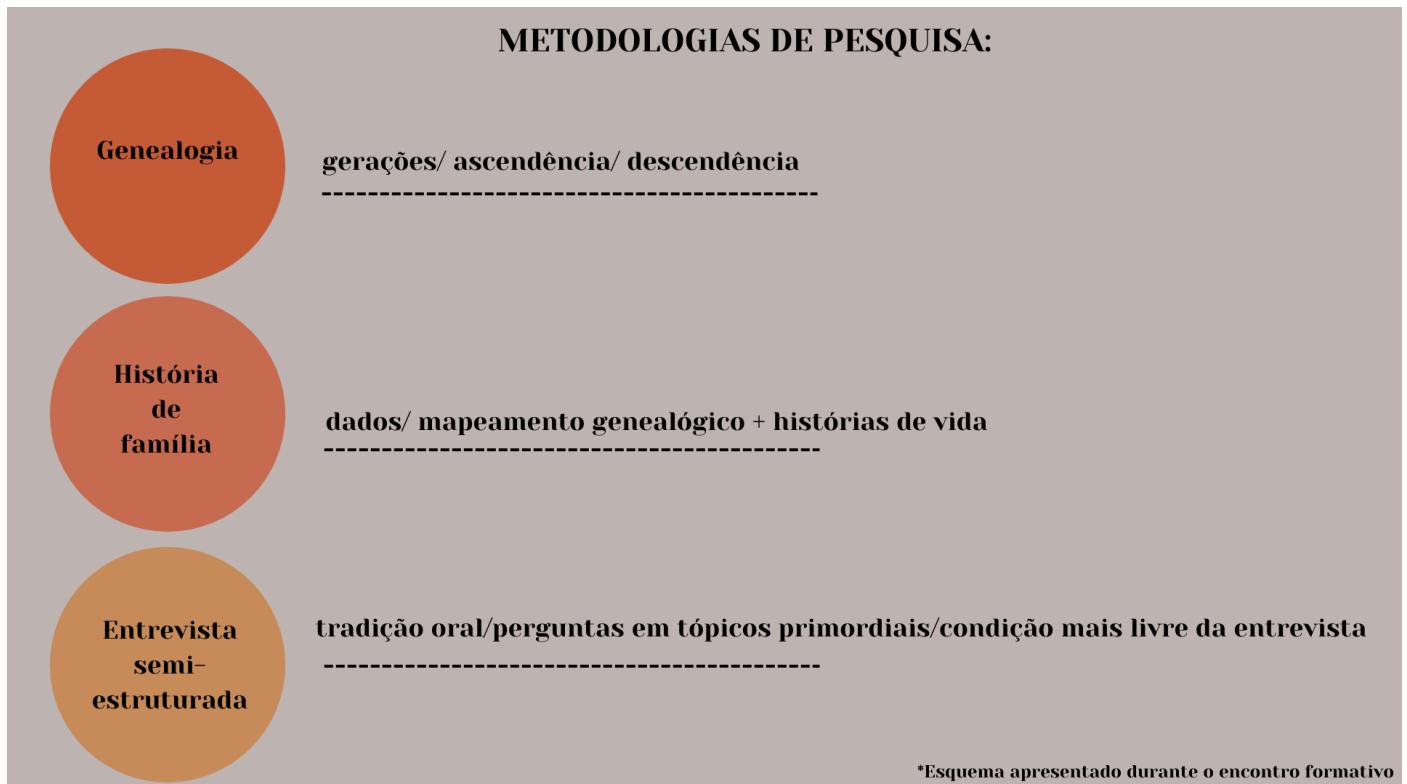
Questões elaboradas a partir deste encontro formativo:

- 1. Como as memórias familiares e as histórias dos ancestrais contribuem para a construção da identidade da comunidade quilombola Pambú e Araçá?**
- 2. Como podemos utilizar as histórias familiares e as memórias compartilhadas para fortalecer os laços comunitários e promover o empoderamento da comunidade?**

Caminhos para discussão:

Este encontro formativo possibilitou uma abordagem a respeito das várias trajetórias que compõem os grupos familiares da comunidade. Ao relembrarem as origens de seus antepassados e as histórias dos casamentos dos parentes, os membros da comunidade

elaboraram narrativas que demonstraram a complexa articulação que envolve os arranjos matrimoniais. Dessa forma, foi possível compreender a formação das famílias a partir de uma grande rede de parentesco que conecta o território de Pambú Araçá com outras localidades.



OFICINA TEMÁTICA

2ª OFICINA: “MEMÓRIAS VIVAS: ENTREVISTANDO OS DETENTORES DE SABERES ANCESTRAIS DA NOSSA COMUNIDADE”

A oficina "Memórias Vivas: Entrevistando os Detentores de Saberes Ancestrais da Nossa Comunidade", teve como propósito principal buscar memórias por meio de entrevistas realizadas com alguns dos membros mais experientes e respeitados da comunidade. As entrevistas ajudaram a resgatar e documentar as histórias pessoais e coletivas dos anciões da comunidade, bem como algumas experiências de vida, tradições, conhecimentos e sabedorias acumuladas ao longo das gerações.

Esses encontros também promoveram o reconhecimento e a valorização dos idosos como detentores de um vasto repertório de saberes e experiências. As entrevistas também funcionam como um mecanismo de empoderamento comunitário, permitindo que os membros mais velhos exerçam um papel ativo na preservação e transmissão da cultura quilombola.

Objetivo da oficina:

Resgatar e registrar algumas narrativas e conhecimentos dos moradores mais velhos da Comunidade Quilombola Pambú Araçá.

Materiais utilizados:

1. Gravadores de áudio e celulares para o registro em vídeo das entrevistas;
2. Cadernos ou folhas de papel para anotações durante as entrevistas;
3. Questionários ou roteiros de entrevista elaborados previamente;
4. Canetas ou lápis para preenchimento dos questionários e anotações adicionais;
5. Lista de participantes ou membros da comunidade a serem entrevistados;
6. Recursos de identificação pessoal e autorização de uso das informações obtidas durante as entrevistas, garantindo o consentimento dos entrevistados;

Breve descrição da metodologia utilizada:

A equipe executora, os professores da Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida e os demais moradores participantes se reuniram para elaborar os questionários destinados a entrevistar os membros mais velhos da Comunidade Quilombola Pambú Araçá.

Após a elaboração dos questionários, os participantes foram a campo, munidos dos materiais necessários, como gravadores de áudio, câmeras de celular e papelaria para registro das informações. Lá, entrevistaram os anciões da comunidade, incluindo o Sr. Albertino, Sr. José Estevão (*in memoriam*), Sr. Lourenço, Sr. Manoel Bispo e Sra. Maria.

Cada entrevista foi conduzida com paciência e sensibilidade, permitindo que os idosos compartilhassem suas histórias de vida, memórias, tradições e conhecimentos transmitidos ao longo das gerações. As informações coletadas foram registradas em gravações de áudio e notas

escritas, garantindo a preservação e documentação desses saberes ancestrais para as futuras gerações.

Ao término das entrevistas, os participantes expressaram gratidão pela oportunidade de aprender com os mais velhos e consideraram a importância de preservar e valorizar a experiência compartilhada na Comunidade Quilombola Pambú Araçá.

Resultados iniciais:

Esta oficina proporcionou uma experiência muito rica para os participantes, pois foram realizadas entrevistas com os moradores mais velhos da comunidade. Tratou-se de um rico momento para o compartilhamento de narrativas a respeito das origens da comunidade, do modo de vida de antigamente e dos desafios enfrentados ao longo das últimas décadas. Parte deste rico material está presente nesta Cartilha na seção “ANCESTRALIDADE NO PAMBÚ ARAÇÁ: memórias e histórias contadas”.



Fig. 7: Entrevista realizada com Sr. Lourenço Francisco Pereira
(Fonte: Os autores)



Fig. 8: Entrevista realizada com Dona Maria
(Fonte: Os autores)

ENCONTRO FORMATIVO E OFICINA TEMÁTICA

3º ENCONTRO FORMATIVO E OFICINA TEMÁTICA: “GENEALOGIA FAMILIAR”

A genealogia é o estudo das gerações familiares e adquire uma importância fundamental nos processos de investigação da ancestralidade. Por sua vez, a elaboração de um mapeamento genealógico envolve uma grande quantidade de informações a respeito de muitas histórias de vida. Trata-se, sobretudo, de uma abordagem aprofundada de nossas origens, identidades e conexões com o passado.

Objetivos do encontro formativo e oficina:

Proporcionar aos participantes as habilidades e conhecimentos necessários para a elaboração inicial de um mapeamento genealógico, promovendo o resgate, o registro e a valorização das gerações familiares da Comunidade Quilombola Pambú Araçá.

Breve descrição da metodologia utilizada:

Inicialmente, foi explicado como iniciar a construção de um mapeamento genealógico a partir da seguinte questão: "Qual o ancestral mais antigo do qual vocês se lembram e conseguem nomear?".

A resposta unânime foi: "Tiburtino Nunes". Esse questionamento inicial proporcionou uma conexão imediata entre os participantes e o passado ancestral, estabelecendo uma base emocional para a atividade que seguiria.

Na sequência, os participantes colaboraram com a construção inicial de um mapeamento genealógico para a comunidade, algo continuado posteriormente por eles. Todos os presentes contribuíram para mapear as relações familiares e as conexões entre os diferentes membros da comunidade ao longo do tempo. Foi destacado que, de uma forma ou outra, "todos eram parentes".

Essa atividade coletiva permitiu que os participantes visualizassem a interconexão de suas histórias pessoais e familiares com a história coletiva da comunidade.

Questões elaboradas a partir deste encontro formativo e oficina:

- 1. Quais são os desafios da construção das histórias familiares na Comunidade Quilombola Pambú Araçá?**
- 2. Qual é o papel da preservação da história familiar na manutenção das tradições e valores culturais da comunidade?**
- 3. Como a compreensão do mapeamento genealógico pode impactar a percepção das gerações mais jovens sobre sua herança cultural e ancestralidade?**

Caminhos para discussão e resultados iniciais:

Este encontro formativo e oficina foram potentes para a construção de uma percepção acerca da importância da ancestralidade. As memórias sobre os antepassados puderam contribuir com o pertencimento identitário, uma vez que as histórias sobre os parentes retomaram elementos importantes sobre as diversas dificuldades e conquistas por eles vivenciadas. Ao colocarem no

papel os nomes de seus avós e bisavós, muitas histórias puderam ser relembradas, o que reforçou o sentimento de coletividade entre os participantes, uma vez que as relações entre as famílias que formam a comunidade puderam ser reafirmadas.



Fig. 9: Sr. José Estevão (in memoriam) e Sr. Albertino.
(Fonte: Os autores)



Fig. 10: Atividade de elaboração do mapeamento genealógico da
comunidade Pambú Araçá
(Fonte: Os autores)

ENCONTRO FORMATIVO

4º ENCONTRO FORMATIVO: AGROECOLOGIA E ASSOCIATIVISMO

A relação das Comunidades Quilombolas com seus territórios é marcada pela preservação e respeito à biodiversidade. Tais práticas e valores se aproximam muito da agroecologia, que se trata não apenas de um conjunto de práticas agrícolas, mas sobretudo da valorização dos conhecimentos tradicionais no manejo sustentável dos recursos naturais em busca da promoção da autonomia e soberania alimentar.

Já o associativismo corresponde às possibilidades de gestão compartilhada para que a comunidade desenvolva suas potencialidades econômicas de forma também autônoma e sustentável.

Objetivos do encontro formativo sobre agroecologia e associativismo:

Promover a conscientização e a compreensão sobre as práticas agroecológicas e seus impactos nas comunidades quilombolas, bem como as possibilidades do associativismo.

Breve descrição da metodologia utilizada:

Conduzido por Camila Abdon, estudante de Engenharia Agronômica e técnica em agroecologia, os participantes se reuniram em uma roda de conversa sob a sombra de uma árvore. Camila compartilhou conhecimentos sobre agroecologia e associativismo, destacando a relevância de preservar as tradições agrícolas nas comunidades quilombolas. Ela provocou os presentes com perguntas instigantes, incentivando a reflexão sobre o papel dessas práticas na sustentabilidade e no fortalecimento das comunidades.

Durante o diálogo, os participantes trocaram experiências e conhecimentos, enriquecendo a discussão e promovendo um aprendizado coletivo. Ao encerrar a conversa, Camila resumiu os principais pontos abordados e encorajou todos a aplicarem os princípios discutidos em suas

realidades locais, visando o desenvolvimento conjunto e a preservação das tradições agrícolas quilombolas.

Questões elaboradas a partir deste encontro formativo:

- 1. Como as práticas agroecológicas podem contribuir para a preservação da biodiversidade nas comunidades quilombolas?**
- 2. Quais são os principais desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas na adoção de práticas agroecológicas?**
- 3. Como o associativismo pode fortalecer as práticas agroecológicas e impulsionar o desenvolvimento sustentável nas comunidades quilombolas?**
- 4. De que forma as tradições agrícolas das comunidades quilombolas podem ser valorizadas e integradas às práticas agroecológicas modernas?**

Caminhos para discussão:

Este encontro formativo proporcionou vários momentos positivos ao propor uma discussão sobre agroecologia e associativismo. Os relatos dos participantes elencaram uma série de espécies cultivadas na comunidade que contribuem para a segurança alimentar e o desenvolvimento local. Foi perceptível que a Comunidade Quilombola Pambú Araçá desenvolve técnicas de manejo sustentável da biodiversidade local, como a manutenção da preservação das áreas próximas ao rio e o cultivo de espécies em seus quintais. Também ficou evidente o grande conhecimento que os moradores possuem sobre diversas plantas medicinais e os variados usos culinários das frutas e demais vegetais.

OFICINA TEMÁTICA

4ª OFICINA: “CONHECENDO NOSSA BIODIVERSIDADE: DIÁLOGOS SOBRE A FAUNA E FLORA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA”

Através de atividades práticas, os participantes foram convidados a compartilhar suas experiências e identificar as espécies vegetais e animais nativos, assim como as espécies cultivadas na comunidade. O foco foi enfatizar as potencialidades ambientais, medicinais, alimentares e comerciais dessas espécies, promovendo uma sensibilização sobre a importância da conservação e do uso sustentável dos recursos naturais.

Objetivos da oficina:

Promover o conhecimento e a valorização da biodiversidade presente na Comunidade Quilombola Pambú Araçá.

Materiais utilizados:

- Papéis para anotações;
- Caixas para depósito das anotações;
- Canetas ou lápis;
- Papel para escrever informações sobre as espécies;
- Espaço físico adequado para realização das atividades;

Breve descrição da metodologia utilizada:

1. Os participantes foram convidados a anotar em papéis as espécies nativas, vegetais e animais que conheciam da mata da comunidade.
2. Esses papéis foram depositados em uma caixa.
3. Em seguida, os participantes foram solicitados a escrever informações sobre as espécies cultivadas na comunidade.
4. Esses papéis também foram depositados em outra caixa.

5. Posteriormente, cada participante fez o sorteio de um papel de cada caixa e escreveu com o grupo as potencialidades ambientais, medicinais, alimentares e comerciais das espécies selecionadas.

6. Durante as apresentações, foram incentivadas discussões e trocas de conhecimentos entre os participantes.

Resultados iniciais

Esta oficina aumentou a percepção dos moradores a respeito da biodiversidade local, conferindo aos participantes uma compreensão mais alargada a respeito da importância das técnicas de cultivo e manejo que realizam no território. Também foi importante a discussão sobre associativismo, o que reforçou a percepção dos participantes a respeito da importância do fortalecimento da Associação local para a efetivação das potencialidades do local no que diz respeito à possíveis formas de geração de renda e autonomia.



Fig. 11: Relato de Dona Ilza Alves da Silva durante a oficina
(Fonte: Os autores)



Fig. 12: Relatos de Marise Alves S. Martins e Elisângela P. Souza durante a oficina
(Fonte: Os autores)



Fig. 13: Relato do pastor José Domingos da Conceição durante a oficina
(Fonte: os autores)

Sobre os AUTORES



Amanda Jardim

É bacharela, mestra e doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais e professora na Especialização em Educação para Relações Étnico-Raciais do Instituto Federal de Minas Gerais. Trabalha há 9 anos com povos e comunidades tradicionais, tendo desenvolvido sua dissertação de mestrado com o povo indígena Xakriabá (nordeste de MG). É servidora pública na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Sectur) de Bom Jesus da Lapa (BA). Também é contadora de histórias e mãe de uma linda menina de 9 anos.



Camila Abdon Fidelis de Souza

É técnica em Agroecologia e estudante de Engenharia Agronômica e integra o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas no IF Baiano campus Bom Jesus da Lapa. Atua como Comunicadora do Projeto "Elas em Movimento", também em Bom Jesus da Lapa. Além disso, é cozinheira e empreendedora, administrando a Divino Pãozinho.



Raphael Rodrigues

É doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos e professor no Instituto Federal Baiano campus Bom Jesus da Lapa e na Especialização em Educação para Relações Étnico-Raciais do Instituto Federal de Minas Gerais. Já trabalhou com povos indígenas na Amazônia e Minas Gerais, foi consultor da UNESCO em Educação Escolar Indígena e assessor na Comissão Estadual Para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais. É iyáwo dofono ti Ògún no Ilé Àsé Ojú Oòrùm.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BANDEIRA, M. L. E DANTAS, T. V. Furnas de Dionísio (MS). In: O' DWYER, Eliane Cantarino. [ORG.]. **Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas/ Associação Brasileira de Antropologia (Co-editora), 2002.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acesso em: 13 de mai. de 2024.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 13 de mai. de 2024.

_____. **FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br>. Acesso em: 14 de mai. de 2024.

_____. **INCRA**. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br>. Acesso em: 15 de mai. de 2024.

SOUZA, B. O. *Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro*. **Dissertação de mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

